



Análise de Conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional

## O DESAFIO DE TRANSFORMAR-SE EM CIDADÃO ATIVO DO BRASIL SOB UM GOVERNO POPULAR<sup>1</sup>

Marcos Arruda<sup>2</sup>

Quando um povo elege um governo identificado com suas aspirações de transformação socioeconômica, novos riscos emergem. Um deles é de que o governo diga "o povo agora é o Estado, portanto, quem criticar o Estado está se opondo ao próprio povo". Esta projeção psicológica tem conseqüências políticas sérias - pode levar ao absolutismo. O outro risco é de que o povo diga: "temos um governo do povo, que vai promover a mudança socioeconômica a nosso favor; agora podemos voltar para casa e cuidar da nossa vida". Neste caso, o perigo é que a Sociedade Civil se imobilize, com a ilusão de que detém o poder do Estado e que a resposta às suas necessidades e demandas vem do Estado e não dela própria.

A realidade é que um governo cujo enfoque é o povo, num contexto capitalista, é uma confluência de diferentes interesses; atrás deles se encontram as classes sociais. No Brasil há, de um lado, os banqueiros, empresários, latifundiários, homens de negócios do exterior, em suma, os donos do capital material que controlam a maior parte da riqueza e da renda da Nação; do outro lado, os trabalhadores também divididos em diferentes setores e com interesses específicos: trabalhadores informais, assalariados rurais, pequenos produtores rurais, trabalhadores da indústria e do setor de serviços, intelectuais, profissionais liberais - todos estes vivendo do seu trabalho, contrariamente àqueles que vivem sobretudo de ganhos do capital.

*O governo de enfoque popular dirigido por Lula está, no contexto de uma sociedade de classes como a brasileira, permanentemente sujeito a pressões vindas das classes dominantes, as quais se beneficiaram historicamente da ordem existente.*

A afirmação de que a modernidade e a globalização aboliram as classes sociais é uma falácia. De fato, o abismo entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo é maior do que nunca antes. Assim mesmo, suas manifestações são moderadas pela capacidade da classe dominante de manipular as pessoas através das tentações do consumismo e do pão-e-circo oferecido pela grande mídia. O governo de enfoque popular dirigido por Lula está, neste contexto, permanentemente sujeito a pressões vindas das classes dominantes, as quais se beneficiaram historicamente da ordem existente. Os setores dominantes buscam acima de tudo uma *continuidade* das políticas econômicas e dos compromissos assumidos pelos governos passados, mesmo quando é necessário fazer concessões na área de políticas sociais para este fim.

O Brasil é um país continental, cujo território é maior que a área contínua dos Estados Unidos, e tem uma população de 177 milhões de pessoas. Dispõe de recursos naturais abundantes e diversos, incluindo grandes extensões de terras cultiváveis, minerais, recursos energéticos e biodiversidade. Mas além de tudo isso, o seu passado colonial deixou uma herança de grande desigualdade na área de educação, cultura, renda e riqueza, que pouco mais de um século de "independência" política e de democracia representativa foram incapazes de superar. As elites do Brasil são particularmente insaciáveis e exacerbadamente egoístas. Elas não se dispõem a compartilhar seus privilégios, mesmo correndo o risco de acirrar a violência social (da qual são muitas vezes as próprias vítimas) ou de perder as eleições. A pressão sobre Lula é enorme, maior do que sobre qualquer outro presidente do passado, no sentido de continuar as políticas do governo anterior, dirigido por Cardoso, e manter intocados os compromissos assumidos por Cardoso com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em troca do novo empréstimo de 30 bilhões de dólares. A preocupação imediata de Lula não é tanto realizar uma mudança socioeconômica, quanto manter a *governabilidade*. Ele acha que precisa provar a todos os setores sociais - particularmente às elites econômicas e financeiras no Brasil e no exterior - que seu governo é sério e vai manter todos os acordos herdados do passado. Lula está convencido de que uma mudança é possível, mas que deve ser gradual e baseada na interação entre as forças sociais, que se deslocará progressivamente em favor das maiorias trabalhadoras.

*Uma minoria significativa no PT argumenta que dar prioridade ao pagamento das dívidas contraídas com as instituições financeiras nacionais e internacionais é incompatível com a política de priorizar o pagamento das dívidas social e ambiental, das quais o principal credor é o povo brasileiro.*

O Partido dos Trabalhadores (PT) está repleto de contradições complexas. É este o partido que lidera o governo atual do Brasil, mas ele ganhou o poder unindo-se a outros partidos para formar um governo de coalizão. Além do mais, o próprio PT está dividido: primeiro, a maior parte dos seus membros *não* fazem parte do governo, mas *sim* continuam sendo componentes ativos da Sociedade Civil; em segundo lugar, uma minoria significativa pede mudanças mais rápidas nas políticas socioeconômicas do que os líderes do partido estão querendo promover. Esse grupo argumenta, por exemplo, que dar prioridade ao pagamento das dívidas contraídas com as instituições financeiras nacionais e internacionais é incompatível com a política de priorizar o pagamento das dívidas social e ambiental, das quais o principal credor é o povo

brasileiro. Mas Lula ainda não reconheceu claramente, nem manifestou a intenção de respeitar o caráter de partido de massas (e não de quadros) do Partido dos Trabalhadores. Isto deveria significar a aceitação do fato de que o setor do partido que pertence à Sociedade Civil deve permanecer hegemônico no partido e que a sua autonomia relativa deveria ser respeitada pelos membros do partido que ocupam o governo (Sociedade Política).

A verdade é que as contradições são omnipresentes no novo governo, e com frequência opõem a Sociedade Política e a Sociedade Civil. Esta última, particularmente o mundo do trabalho, não pode permanecer sentado à espera de que o governo Lula adote e ponha em prática as melhores políticas públicas simplesmente porque Lula, ex-trabalhador e dirigente sindical, é hoje o Presidente da República. A consciência cívica demanda uma compreensão da natureza contraditória do governo liderado por Lula e do contexto nacional e internacional de instabilidade financeira, política e econômica. Esta consciência demanda também uma mudança profunda da cultura de submissão e alienação herdada através de quatrocentos anos de colonialismo e escravidão, reforçada por governos republicanos elitistas e pelo tipo subordinado e neoliberal de inserção do Brasil no capitalismo global que eles promoveram. O desenvolvimento de uma cultura de autoconfiança, auto-estima e autodeterminação, imbuída de um espírito de cooperação e solidariedade entre diferentes setores e regiões do país, assim como também para com outros povos da América Latina e do mundo leva tempo, e exige um intenso processo educativo sobre o que no Brasil nós chamamos de *cidadania ativa*.

*Respeitar o caráter de partido de massas do PT deveria significar a aceitação do fato de que o setor do partido que pertence à Sociedade Civil deve permanecer hegemônico no partido e que sua autonomia relativa deveria ser respeitada pelos membros do partido que ocupam o governo (Sociedade Política).*

A noção de direitos de cidadania é fundamental para o novo governo. A idéia é que o governo tem uma missão-chave a realizar: a de educar a Sociedade Civil para o pleno exercício dos seus direitos e deveres. A visão de democracia não é mais a visão tradicional - aquela em que um grupo de políticos "iluminados" que foram eleitos comandará o país com um cheque em branco dado pelos eleitores. Agora, a democracia deve basear-se no empoderamento através da plena participação cidadã. É indispensável que a sociedade esteja envolvida no debate e na partilha do poder de determinar e implementar com o governo as principais diretrizes de um projeto de desenvolvimento próprio do Brasil. Este poder se estende aos tipos de reformas necessárias para gerar ou ajustar as instituições e as relações sociais à visão de uma sociedade capaz de comandar o seu próprio desenvolvimento e a sua história, de garantir o respeito integral dos seus direitos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, e de assumir a responsabilidade individual e coletiva de realizar os seus deveres enquanto seres humanos e enquanto cidadãos do Brasil e do Planeta Terra.

*A noção de direitos de cidadania é fundamental para o novo governo. A idéia é que o governo tem uma missão-chave a realizar: a de educar a Sociedade Civil para o pleno exercício dos seus direitos e deveres.*

No momento atual, este ideal visionário está sendo concretizado de diversas maneiras, sobretudo na pressão ativa da sociedade sobre os que se encontram no poder para que atuem em favor das maiorias trabalhadoras; na participação ativa em vários conselhos e fóruns criados pelo governo para aumentar o envolvimento do povo nos debates sobre o seu presente e o seu futuro; e na construção de programas que visam a democratização da economia e projetos de educação das bases da sociedade, destinados a desenvolver seu conhecimento e capacidade de organização, condições indispensáveis para o seu próprio empoderamento para o exercício de uma crescente autonomia, autogestão e autoconfiança enquanto povo, em solidariedade com outros povos.

<sup>1</sup> Texto elaborado para o Informativo do IRC (Americas Program of the Interhemispheric Resource Center), Silver, EUA, em 6/5/03.

<sup>2</sup> Marcos Arruda - Economista e educador do PACS - Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro e sócio do Instituto Transnacional, Amsterdam. Endereço Eletrônico: marruda@pacs.org.br

**MASSA CRÍTICA\*** é um informe com periodicidade irregular do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, distribuído por via eletrônica e impressa referente a fatos relevantes da conjuntura nacional e internacional.  
Endereço: Av. Rio Branco, 277 sala: 1609 – Centro, Rio de Janeiro/RJ 20040-009  
Tel./fax: (21) 2210-2124 • Correio El.: pacs@pacs.org.br Sítios: www.pacs.org.br  
**Diagramação:** Cristiane Maria de Souza

\* Se você deseja receber/indicar pessoas para ter este boletim eletronicamente, retorne para pacs@pacs.org.br Assunto: "Endereço Eletrônico para lista – MASSA CRÍTICA"

**PACS**  
Instituto Políticas  
Alternativas  
para o Cone Sul

**Quem somos**

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

**Objetivo**

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

**Metodologia**

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

**Atividades**

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais

**Os parceiros**

Ação Quaresmal; CHRISTIAN AID; E-Changer; FPH; Fundação Ford; Instituto Marista de Solidariedade; SCIAF; Trócaire.